

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA | | |
|--|-----------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/137 | 184/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Unidade Administrativa | | |
| DU - [INTERNO] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 17638/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/42290 de 29 de Dezembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro. À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

- A 29/12/2025, Manuel Faria Lopes, na qualidade de Chefe Divisão de Procedimentos Urbanísticos: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 17638/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-28635

REQUERENTE: Angelina Maria Miranda Martins Vieira

LOCAL DA OBRA: Rua dos Galos, nº 52, União das Freguesias de Vilaça e Fradelos

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Especialidades

DU - DGPU [GP3]

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. A requerente, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-22740, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de ampliação de uma habitação unifamiliar (ampliação destinada a garagem), a levar a efeito no prédio situado na Rua dos Galos, nº 52, União das Freguesias de Vilaça e Fradelos, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 171/Vilaça, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 402.
- 1.2. Através do requerimento n.º 2025-E-RE-28635, apresenta uma junção de elementos em resposta à informação técnica comunicada pelo despacho n.º 2025-10771 de 17/10/2025.
- 1.3. Relativamente ao local da pretensão, identificou-se o seguinte antecedente processual:
 - 1.3.1. Alvará de Utilização n.º 684/1997 (habitação unifamiliar).

2. ANÁLISE

- 2.1. **Projeto de arquitetura**
 - 2.1.1. O projeto de arquitetura encontra-se aprovado por despacho de 30/07/2025.
- 2.2. **Projeto de condicionamento acústico**
 - 2.2.1. Não aplicável.
- 2.3. **Projeto de águas pluviais**
 - 2.3.1. Apresentou projeto.
- 2.4. **Projeto de águas residuais**
 - 2.4.1. Não aplicável.
- 2.5. **Projeto de arranjos exteriores**
 - 2.5.1. Apresentou projeto.
- 2.6. **Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica**
 - 2.6.1. Apresentou projeto de infraestruturas de carregamento de veículos elétricos.
 - 2.6.2. Apresentou termo de responsabilidade pela execução e ficha eletrotécnica da instalação elétrica.
- 2.7. **Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**
 - 2.7.1. Não aplicável.
- 2.8. **Projeto de conforto térmico**
 - 2.8.1. Não aplicável.



2.9. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica

2.9.1. Apresentou projeto.

2.10. Projeto de instalação de gás

2.10.1. Não aplicável.

2.11. Projeto de infraestruturas de telecomunicações em edifícios (ITED)

2.11.1. Não aplicável.

2.12. Projeto de abastecimento de água

2.12.1. Não aplicável.

2.13. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios

2.13.1. Não aplicável.

2.14. Projeto de instalações eletromecânicas de transporte de pessoas e/ou mercadorias

2.14.1. Não aplicável.

2.15. Projeto de gestão técnica centralizada

2.15.1. Não aplicável.

2.16. Outros

2.16.1. A declaração de responsabilidade dos autores dos projetos, nos termos do n.º 8 do Artigo 20.º do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, no que diz respeito aos projetos de especialidades, constituem garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

3. PROPOSTA

3.1. Face ao atrás exposto, constata-se que o presente pedido **se encontra corretamente instruído**.

3.2. Após informação superior e despacho, a entidade requerente deverá ser notificada para, no prazo máximo de 1 (um) ano, entregar os elementos para **pagamento das taxas e emissão do respetivo recibo que titula a operação urbanística** constantes do n.º 21, capítulo III, do anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

3.3. Dever-se-á informar, ainda, que nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença

4. CONDICIONAMENTOS GERAIS

4.1. As intervenções no domínio público deverão observar as seguintes condições:

4.1.1. Existindo postes/armários de redes de energia elétrica ou de telecomunicações cuja implantação se encontra afetada pelos alinhamentos projetados pela presente operação urbanística, compete ao requerente diligenciar a realocação dos mesmos junto das entidades competentes.

4.1.2. Será responsabilidade do requerente a execução de todas as infraestruturas necessárias para abastecer o edifício, nomeadamente relativas a comunicações, eletricidade, gás, abastecimento de água e águas residuais domésticas e pluviais, salvo se essas infraestruturas forem asseguradas pelas respetivas entidades. Em qualquer dos casos, devem encontrar-se concluídas antes das pavimentações a efetuar. Constitui responsabilidade do requerente a repavimentação de arruamentos intervencionados, em conformidade com os regulamentos municipais



aplicáveis, caso não seja assegurado pela entidade responsável pela instalação da infraestrutura.

- 4.2. Cumprimento em obra, do disposto no Dec. Lei n.º 220/08, de 12 de novembro, relativamente à segurança contra o risco de incêndio, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção.
- 4.3. Cumprimento em obra dos requisitos previstos no Dec. Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como, efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD), conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo publicitado no sítio da internet da ANR – Autoridade Nacional de Resíduos.
- 4.4. Cumprimento em obra, do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2021 de 5 de novembro, relativamente à declaração da verificação da resistência à compressão do betão, a que se refere o n.º 6 do artigo 8.º, conforme modelo disponibilizado pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, constante em anexo ao referido diploma.

5. COMUNICAÇÃO DE INICIO DE TRABALHOS DE OBRAS PRECEDIDAS DE CONTROLO PRÉVIO

- 5.1. De acordo com o Artigo 80.º-A do Dec. Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

Lívia Brito

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

